

**PARTICIPAÇÃO POPULAR E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL:
O CASO DO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA – SP.**

*POPULAR PARTICIPATION AND PRESERVATION: THE CASE OF THE MUNICIPAL THEATER
OF SÃO JOÃO DA BOA VISTA – SP.*

Luis Pedro Dragão Jeronimo

Doutorando em História Social, FFLCH-USP, Brasil

luis.jeronimo@alumni.usp.br

luis.jeronimo@usp.br

RESUMO

O Theatro Municipal de São João da Boa Vista-SP, um dos maiores palcos culturais da região na atualidade, se viu, no início da década de 1980, ameaçado de demolição; foi nesse momento que surgiu um movimento popular contrário ao seu desaparecimento e visando sua proteção. Este artigo visa trazer à luz as discussões e examinar as ações individuais e coletivas de membros da comunidade que, ao pressionarem o poder público, conseguiram preservar não apenas um edifício, mas parte de suas histórias, memórias e identidades. Para tanto, foram analisados, à luz de trabalhos de autores consagrados que trataram do tema da preservação de bens culturais, as crônicas e notícias publicadas na imprensa local sobre o processo, conjuntamente aos documentos oficiais que possibilitaram o tombamento do edifício pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo). Com as análises realizadas, tornou-se evidente que somente com a participação popular, as políticas de preservação, dever do Estado e amplamente necessárias para o exercício ativo da cidadania, encontrarão sucesso e cumprirão com sua missão. Neste artigo, portanto, se consolida a visão de que a política patrimonial não existe sem povo; ela deve ser feita com, para e pelos usuários, e é somente a partir da participação deles na formulação dessas políticas o que garante a salvaguarda dos bens culturais e a sua permanência para as futuras gerações.

PALAVRAS-CHAVE: Teatro. Preservação. Participação popular.

ABSTRACT

The Municipal Theater of São João da Boa Vista-SP, one of the largest cultural stages in the region today, was threatened with demolition in the early 1980s; It was at that moment that a popular movement emerged against his disappearance and seeking his protection. This article aims to bring to light the discussions and examine the individual and collective actions of community members who, by putting pressure on public authorities, managed to preserve not just a building, but part of their histories, memories and identities. To this end, in the light of works by renowned authors who dealt with the topic of preserving cultural assets, the chronicles and news published in the local press about the process were analyzed, together with the official documents that made it possible for the building to be listed by CONDEPHAAT (Council of Defense of the Historical, Archaeological, Artistic and Tourist Heritage of the State of São Paulo). With the analyzes carried out, it became evident that only with popular participation, preservation policies, a duty of the State and largely necessary for the active exercise of citizenship, will be successful and fulfill their mission. This article, therefore, consolidates the view that heritage policy does not exist without people; it must be done with, for and by users, and it is only through their participation in the formulation of these policies that guarantees the safeguarding of cultural assets and their permanence for future generations.

KEYWORDS: Theater. Preservation. Popular participation.

1. À guisa de introdução: os múltiplos usos de um edifício teatral (1914-1982).

O Theatro Municipal de São João da Boa Vista, inaugurado em outubro de 1914, fez parte de um conjunto de melhoramentos urbanos construídos entre finais do século XIX e início do século XX na cidade recém-enriquecida pelo cultivo do café. Construído no lugar mais nobre da urbe, atrás da Igreja Matriz e ao lado da Praça Cel. Joaquim José, aquela construção eclética era considerada um monumento, símbolo máximo dos valores civilizacionais e da modernidade em São João da Boa Vista.

Nos seus primeiros quinze anos de funcionamento, foi lugar de apresentações cênicas e musicais, mas principalmente de exibição de filmes mudos. Passados esses primeiros anos marcados por sucessos de bilheteria e casa lotada, com a Crise de 1929, o Theatro Municipal também entrou em crise. Já em 1929, na tentativa de viabilização financeira do espaço, foram montados espetáculos de grupos amadores locais, tendo também o cinema ganhado mais espaço em sua programação. Nesse momento, também passaria a funcionar em seu interior um rинque de patinação e servindo, até meados dos anos de 1930, como salão de bailes para festas populares. Em 1937, o Theatro Municipal foi adquirido pelo Dr. Joaquim José de Oliveira Neto, sendo rebatizado como CineTeatro. Ainda em dificuldades financeiras, fecharia pouco tempo depois e reabriria apenas em 1945, continuando a funcionar como cinema e raramente recebendo apresentações de palco.

As salas anexas do edifício, que eram alugadas pelo proprietário, também tiveram um uso bastante variado ao longo dos anos. No andar superior funcionaria a Sociedade Cultural Artística, fundada em 1930 e substituída pela Sociedade Cultural de Debates, fundada em 1951. O espaço do antigo bar do andar superior do CineTeatro ainda seria utilizado como sede do Teatro-Escola, em 1950, e como sede da Rádio Difusora ZYJ-6, entre os anos de 1958 e 1963 (MENEZES, 2014, p. 111). Depois, cederia espaço para o funcionamento da Biblioteca Municipal Jaçanã Altair, ficando nesse local até o início dos anos de 1980. Ainda no aspecto dos usos variados, as dependências anexas do CineTeatro não seriam utilizadas apenas para atividades culturais e de entretenimento: o BarTeatro funcionaria no térreo do edifício desde a sua inauguração até os anos 1980; na década de 1960, uma das salas do andar superior abrigaria um laboratório de próteses dentárias e depois, na década de 1970, o escritório da Transportadora Sertaneja do Dr. Joaquim José de Oliveira Neto, proprietário do edifício.

Frente à concorrência dos cinemas Cine Avenida (inaugurado em 1944) e Cine Ouro Branco (inaugurado em 1970), o antigo CineTeatro, em seus momentos finais, amargaria prejuízos com exibições de filmes adultos e de comédias pastelão, além de sessões de exibição de antigas séries de *Far West*, voltadas a uma faixa de público mais popular e de menor poder aquisitivo. Somadas as más condições de manutenção do edifício e a programação sem atrativos, o CineTeatro foi sendo obliterado como lugar de entretenimento da cidade. Em meados dos anos de 1970, o lugar passaria a ser conhecido popularmente como “pulgueiro”; frequentá-lo não era mais interessante, e até mesmo passava a ser desencorajado por uma sociedade que desconfiava daquela quase-ruína bem no centro de sua cidade. As operações comerciais do CineTeatro ainda se estenderiam até o ano de 1982, quando fechou suas portas definitivamente. Sem uso, aquele espaço parecia destinado ao desaparecimento.

Lugar que já tinha sido Biblioteca, rádio, clube literário, cinema, teatro. Múltiplos usos de um espaço rico de memória, ameaçados pela especulação imobiliária. Parte da história cultural sanjoanense, então, seria perdida se, durante meados da década de 1980, parte da população sanjoanense não se mobilizasse e buscasse, junto ao poder público, a preservação daquele edifício.

Fotografia 1 – A deterioração física do edifício do CineTeatro - fachada (c. 1980).



Fonte: Menezes (2014).

Este trabalho buscará apresentar como se deram as discussões e as ações populares a partir do ano de 1981, para que fosse viabilizada a permanência do Theatro Municipal de São João da Boa Vista no tecido urbano, sendo hoje o principal palco da região e um dos mais importantes teatros do interior paulista.

2. Objetivos.

Tivemos como objetivo geral a análise das discussões sobre a preservação do edifício do Theatro Municipal de São João da Boa Vista na década de 1980. Por objetivo específico, buscamos evidenciar a participação popular naquelas discussões, e sua importância para viabilizar qualquer ação de preservação, visando indicar, utilizando um caso específico, que o envolvimento da comunidade, que potencialmente fará uso do bem, nas políticas patrimoniais é causa necessária para que essas mesmas políticas obtenham sucesso.

3. Metodologia.

Buscamos constituir a base teórica do artigo a partir da leitura de trabalhos de autores consagrados no campo da preservação patrimonial, utilizando de palavras-chave como “patrimônio”, “preservação”, “tombamento”. Já a documentação analisada foi buscada nos arquivos pertencentes à Associação dos Amigos do Theatro Municipal de São João da Boa Vista – AMITE, e se tratam de recortes de jornais reunidos pela equipe de restauro do edifício de

crônicas e notícias veiculadas na imprensa local sanjoanense, que retrataram as campanhas de sensibilização, as discussões sobre o tema dentro da sociedade e as reverberações dos atos do poder público referentes ao processo. Também buscamos os documentos oficiais, no caso o processo de tombamento gentilmente cedido pela equipe do CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. Com uma abordagem qualitativa, desenvolvemos uma pesquisa de caráter exploratório, em que se analisou as notícias publicadas, o próprio processo de tombamento, estabelecendo diálogo com a bibliografia levantada.

4. Resultados: Teatro-patrimônio, construção coletiva.

A mobilização popular pela preservação do edifício do antigo Theatro Municipal seria impulsionada por notícias que circularam após o seu fechamento e que indicavam a intenção do proprietário em demoli-lo, ainda que o imóvel em questão tivesse sido declarado de utilidade pública, em 1981, pelo então prefeito Nelson Nicolau. Esses rumores desempenharam um papel catalisador para o início das ações de preservação daquele edifício, sendo notório o anúncio que o ator Ronaldo Marin, um dos precursores do movimento, fez sobre permanecer em greve de fome e se acorrentar ao telhado do edifício, caso não se garantisse a sua permanência. Zeza Freitas, esposa do artista, explicaria, numa entrevista, a iniciativa:

Quando [Ronaldo Marin] chegou a São João, logo retornou para o Grupo de Teatro e Dança e, quando descobriu que o teatro ia ser vendido e demolido, ficou maluco (...) o Ronaldo, com cabeça europeia, espírito jovem e destemido, encabeçou um movimento para não deixar isso acontecer... junto com outros jovens, colheu milhares de assinaturas de porta em porta, fizemos *happening* em frente ao Theatro... e não vendo resultado, deu uma entrevista para o jornal da cidade, falando que, se não tomassem uma decisão ele iria se amarrar no topo do prédio e fazer greve de fome até decidirem não demolirem o prédio e pedirem seu tombamento. Chamou a atenção da mídia, o SBT divulgou no jornal televisivo e as coisas começaram a mudar. (MENEZES, 2014, p. 117)

A declaração de Zeza Freitas é especialmente interessante, uma vez que a partir dela podemos estabelecer uma relação entre o surgimento da ideia de preservação do teatro e as discussões sobre o patrimônio ocorridas na Europa: naquela época, essas discussões estavam, no continente europeu, na ordem do dia, a ponto de se escolher o ano de 1980 como Ano do Patrimônio na França (NORA, 2008, p. 31). Assim, podemos indicar que as ações de um artista local visando a preservação do imóvel (até então sem valor algum atribuído pela comunidade) em São João da Boa Vista foram inspiradas num movimento mais amplo, com raízes na Europa, de proteção de bens culturais mediante ações envolvendo governos e comunidades; a partir desse novo pensamento, haveria uma mudança na visão do sanjoanense em relação ao direito de um proprietário em agir sobre o seu imóvel sem as preocupações referentes à preservação do mesmo, quando assim conviesse à comunidade.

E diante da situação inusitada de ameaça de greve de fome por um imóvel em quase-ruína, e da repercussão nos jornais sobre as ações, o prefeito, Sidney Estanislau Beraldo,

prometeu manter e reabilitar o edifício. A partir dessa promessa e visando pressionar mais fortemente o poder público, Ronaldo Marin e Zeza Freitas protagonizaram, ainda em 1983, a coleta de assinaturas em abaixo-assinados que declaravam apoio à iniciativa do poder público em proteger o antigo Theatro Municipal. Esses abaixo-assinados conseguiram reunir 1.026 assinaturas, um número bastante expressivo numa sociedade que estava ainda se habituando, nos estertores da ditadura militar, às ações populares sem o cerceamento do poder público, que ocorria desde 1964.

Nesse aspecto, vemos que a participação popular em São João da Boa Vista para se salvar o edifício teatral não se relacionava apenas às discussões europeias sobre o patrimônio, mas também a um quadro de mobilização popular num contexto político de redemocratização do país, e que possibilitava o debate sobre o patrimônio e, em certa medida, a conquista da cidadania pelo povo brasileiro (SILVA E OLIVEIRA, p. 72). Assim, pode-se considerar que as mobilizações para a preservação e o posterior restauro do edifício fizeram parte de um movimento muito mais amplo em que o povo se livrava da tutela opressora do Estado e passava a assumir o papel de protagonista de suas histórias, se transformando em parte fundamental no processo de preservação dos seus bens culturais, elegendo-os, fazendo pressão nos governantes e buscando formas de serem ouvidas pelos poderes constituídos.

E sobre os signatários daqueles abaixo-assinados, é interessante perceber a heterogeneidade das ocupações dos mesmos, que vão desde dona de casa a industrial, passando por doméstica, ator, estudante; a variedade de ocupações e de classes sociais demarca bem a existência, neste caso específico, de um desejo francamente difuso pela preservação do espaço. Essa característica popular das mobilizações foi muito importante e contribuiu imensamente para o sucesso das iniciativas que culminaram no seu tombamento, anos depois; isso porque é somente com a ampla mobilização da sociedade que se confere legitimidade às políticas de preservação e, quanto mais democrática for tal participação, maior a eficácia daquelas políticas (FALCÃO, 1984, p. 36/37).

Ao mesmo tempo em que se viu uma espontânea reação, a partir dos abaixo-assinados, de cidadãos favoráveis à causa da preservação, também houve manifestações contrárias. Elas tiveram eco na imprensa local a partir de um cronista que assinava pelas iniciais JPC; nelas, o cronista protestava contra o que ele chamava de um movimento não para *tombar* e proteger o velho teatro, mas para *tomar* um bem de um particular, encabeçado por pessoas que ele mesmo julgava como sendo mentirosos e sonhadores.

Nas crônicas, então, acusava-se o movimento preservacionista de desejar retirar do proprietário o seu direito de usufruir do bem, tomá-lo à força, a partir de um conluio visando impedi-lo de exercer o seu direito à propriedade. Além disso, chamava a atenção do leitor para a dificuldade econômica do município e a falta de recursos disponíveis para serem empregados numa eventual obra de recuperação do edifício. Para desacreditar o grupo que pedia à Prefeitura Municipal a compra e restauro do edifício, o cronista até mesmo criou uma frase de efeito, “é feio tomar o alheio”, e buscou demonstrar a necessidade de outras obras, segundo suas palavras, de real utilidade a serem feitas pela Prefeitura Municipal, marcando forte posição contrária ao emprego de recursos públicos na recuperação de um imóvel particular.

Nessas crônicas podemos ver argumentos encontrados até hoje em situações onde os tombamentos opõem os interesses coletivos, de uma comunidade buscando a preservação de seus valores, aos interesses privados, de indivíduos temerosos de serem prejudicados financeiramente. Dois desses argumentos são a falta de verbas para a compra/recuperação do edifício e a existência de gastos ditos “mais importantes” a serem realizados que aqueles: é sempre importante considerarmos que ainda que haja (e sempre há) a necessidade de investimentos em outras áreas, o poder público não pode se furtar da sua obrigação de empregar recursos para a preservação do patrimônio cultural local; isso porque sem o apoio financeiro, as já patentes dificuldades de se manter um bem cultural preservado se multiplicariam e a possível destruição daquele bem impactaria diretamente as identidades da comunidade, em seus processos de elaboração e em suas variadas manifestações de diversidade, já que essas identidades não prescindem do seu passado preservado (FERREIRA E DOMANSKI, 2012, p. 41).

Outro argumento é o que coloca o ato de tombamento de um bem imóvel privado como “tomamento do alheio”, para usarmos a expressão do cronista JPC, pelos cidadãos engajados nas ações de preservação: a incompreensão por parte de alguns proprietários sobre o valor para a comunidade de bens culturais edificados, aliado ao desconhecimento do instrumento legal do tombamento e dos temores relativos à limitação do direito sobre um bem próprio, o que de fato não ocorre, faz surgir em alguns deles um profundo rechaço ao aludido instrumento de preservação; por essa razão, é necessário não apenas a sensibilização dos possíveis usuários em relação à importância de se salvaguardar seus bens culturais, mas também sensibilizar os proprietários, caso se trate de imóvel particular, para os seus papéis como atores imprescindíveis no processo de preservação.

Aquelas crônicas contrárias ao tombamento ainda têm um lado muito interessante dentro desse quadro de mobilização popular em torno do futuro do edifício: elas mostram que mesmo que tenha havido uma importante mobilização da sociedade pró-preservação, a ideia de manter o edifício de pé nunca foi *unanimidade*, e o fato de hoje termos um edifício teatral preservado se deu a partir de discussões sobre a manutenção daquele espaço. Como falamos anteriormente, tais discussões sobre a preservação se deram num momento em que o país se via atingido por uma onda democrática, que aceitava e encorajava a discussão e a exposição de opiniões que não faziam obrigatoriamente parte de uma corrente majoritária – aqui, no caso, a da preservação do edifício. Essa não-unanimidade, ocultada em várias outras publicações sobre a história do Theatro Municipal, portanto, foi uma característica do processo de preservação do edifício e pode também ser relacionada com a liberdade de expressão que caracterizaria o período e a contemplação das vozes minoritárias, ainda que os argumentos apresentados contrários à preservação fossem frágeis. Assim, como aqui pretendemos demonstrar que a transmutação da sua condição de *pulgueiro* para a de *patrimônio cultural* foi um processo que desde o início foi marcado pelo envolvimento amplo da comunidade, nada mais correto que trazer à luz as opiniões contrárias, praticamente excluídas da historiografia.

E é interessante apontar que ainda que o desejo de preservação do edifício não fosse unânime, observamos o estabelecimento cada vez mais consistente de um significado positivo atribuído àquela construção e de uma sensibilização crescente da população sanjoanense

quanto à importância da preservação da mesma. Isto era salientado nas crônicas dos periódicos locais a partir do uso das glórias do passado e do potencial uso futuro do edifício, aliado a uma ideia de pertencimento coletivo do bem a partir do uso do pronome “nosso”, incontáveis vezes. Assim, aos poucos, o outrora velho teatro com alcunha de “pulgueiro” foi se transformando pelo povo em “patrimônio cultural”.

A pressão realizada pela ameaça de greve de fome e pelos abaixo-assinados não resultou, obviamente, no início imediato do processo de tombamento do edifício, como queriam os artistas envolvidos nas ações. Porém, impactou suficientemente o poder público local a ponto de o prefeito Beraldo adquirir o edifício, por compra, do Dr. Oliveira Neto, cerca de dois anos depois do início das discussões. Esta compra, que visava resolver o impasse do tombamento de um edifício particular, se deu incomumente em duas partes: em janeiro de 1984 foi adquirida a metade do edifício que compreendia o *foyer*, plateia e parte da frente do palco, ficando ainda o fundo do palco, camarins e terreno do fundo para o antigo proprietário.

Essa ação do poder público dividiu a imprensa. Alguns cronistas adotaram um tom sóbrio, narrando a breve cerimônia de compra de parte do edifício do antigo Theatro Municipal pela Prefeitura Municipal e fazendo votos para o sucesso da iniciativa de recuperar aquele edifício; também parabenizava o governo do prefeito por cumprir uma das promessas de campanha, que era justamente a compra do edifício pela municipalidade. Já outros cronistas usaram a notícia da compra para mais uma vez atacar alguns dos cidadãos que se mobilizaram para evitar a demolição do edifício, ironizando a vitoriosa campanha de compra do imóvel e o gasto público envolvido, porém admitiu ter sido melhor a compra em vez do “tomamento” do edifício.

No mesmo mês da compra da primeira parte, num inédito episódio de consulta popular, a Prefeitura Municipal disponibilizou, no *foyer* do edifício, urnas para que a população depositasse sua opinião sobre o destino do imóvel. Nesta pesquisa, venceu a opção de transformar o espaço novamente num teatro e a de restaurar o edifício o mais próximo possível de seu aspecto original; vemos uma crescente sensibilização sobre a importância daquele espaço enquanto referência, ampla o suficiente para mobilizar 1.026 cidadãos, em abaixo-assinados, a darem seu apoio ao prefeito para que o mesmo cumprisse sua obrigação para com sua cidade e incluísse a recuperação do edifício como um programa de governo, e ampla o suficiente para que 1.651 cidadãos participassem da escolha sobre a destinação e o aspecto que o novo espaço teria. Além disso, vemos que uma parcela da população acreditava, mesmo com as dificuldades econômicas do período, na importância em se preservar seu passado, sua cultura, e fazer daquele espaço um novo lugar e dar-lhe um novo uso, sem os monopólios da elite (econômica, cultural), mas aberto a todo e qualquer cidadão, refletindo nessa escolha os desejos mais amplos de uma comunidade ávida de espaços que atendessem a todos os seus integrantes. Abaixo, uma das chamadas à população publicados na imprensa periódica sanjoanense:

Jornal O Município - TEATRO MUNICIPAL. 05/05/1984

Compareça à urna do Teatro Municipal e dê sua opinião sobre a restauração do mesmo. Sua participação é de muita importância para nossa cidade.

A partir do resultado da consulta popular para o futuro uso do edifício, o prefeito Beraldo nomeia uma equipe que se encarregaria da restauração do imóvel. Nessa nova fase, a população foi convidada a fornecer materiais que auxiliassem a equipe responsável pelas obras no desenvolvimento do projeto de restauro:

AJUDE O TEATRO MUNICIPAL. 25/02/1984

Documentos, fotos, filmes, peças ou histórias a respeito do Teatro Municipal, falar com Ana Laura pelo 23.1364.

Vamos construir juntos o nosso Teatro Municipal. 22/11/1985

A Administração Municipal Sidney Beraldo, tendo adquirido para nossa cidade o Teatro Municipal, necessita para a execução do Projeto de Restauração que está sendo preparado por uma equipe de especialistas, de fotos antigas do Teatro.

Você sanjoanense, nesse momento, é peça fundamental na restauração de nosso Teatro.

Se você possui ou conhece quem possui fotos antigas, dê sua valiosa contribuição nos procurando para que possamos reproduzir ou ampliar, fazendo reviver o Teatro Municipal com suas características originais.

Estamos aguardando você na Prefeitura Municipal.

Esses chamados apontam para a importância do cidadão na concepção do projeto de restauro: o sanjoanense passa a ser corresponsável pela recuperação e pela revitalização do espaço, conjuntamente à equipe de restauro, a partir da reconstituição de sua materialidade e aspecto mais próximos do original, em grande parte perdida pelas sucessivas reformas. E aqui podemos indicar que essa participação popular passava a ser reconhecida e encorajada pelo poder público como uma forma de viabilizar os esforços para a própria preservação do edifício; o desejo espontâneo surgido na comunidade passava, portanto, a fazer parte de políticas públicas que buscavam a preservação do patrimônio e a participação do cidadão nas suas formulações.

Antes mesmo da conclusão do projeto de restauro, foi percebida a impossibilidade de qualquer obra de recuperação ou mesmo de operação do edifício pela faixa comprada em abril de 1984 – faltava ainda todo o fundo do palco, camarins, etc. Novamente a Prefeitura entrou em contato com o Dr. Oliveira Neto e se ofereceu para comprar a segunda parte do edifício, compra essa concluída em maio de 1985. Com a conclusão do processo de compra total do edifício e do início das obras, outro importante objetivo das mobilizações populares em prol da preservação seria alcançado.

Nesse aspecto, percebemos que não bastou a compra do teatro pela Prefeitura Municipal e o desejo de restaurá-lo; era necessária uma garantia de que aqueles esforços que estavam sendo feitos se perenizassem no tecido urbano, tornando a conservação do edifício teatral independente da boa vontade de mandatários e assegurado contra as crises financeiras e a possível protelação de sua restauração em razão de outras obras assim ditas “de real utilidade”. Para tanto, era necessário *tombar* o Theatro Municipal.

O tombamento pode ser resumidamente definido como um ato administrativo do poder público, com ritos próprios, que atua em todos os níveis da esfera administrativa e intervém na propriedade (qualquer que seja) que é interessante à coletividade, no sentido de salvaguardá-la do desaparecimento (FARIA, 2010, p. 55/56): com isso, vemos que a proteção legal do tombamento não influi apenas na materialidade do edifício, mas também na sua imaterialidade, visto que essas duas dimensões são indissociáveis (TOSTES, 2008, p. 7); ao se proteger legalmente um edifício, protegem-se igualmente os valores simbólicos que a materialidade daquele encerra. No caso do teatro sanjoanense, então, não se tombaria o significado do edifício para a comunidade, mas a materialidade daquela construção novamente conhecida (e utilizada) como *Theatro Municipal* para que, nessa materialidade, a identidade, a memória, enfim, todos os significados e valores que aquela construção carregava fossem salvaguardados. Além disso, é importante lembrar que além de proteger legalmente o edifício da destruição, o tombamento ainda proporcionaria maiores chances de concessão de recursos públicos destinados ao seu restauro, o que seria de vital importância para o sucesso do projeto, visto que a Prefeitura Municipal não possuía recursos suficientes para custear a totalidade daquelas obras.

O pedido de estudo de tombamento pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo) foi feito em 8 de junho de 1983, antes mesmo da compra do edifício pela Prefeitura Municipal, solicitado pelo deputado estadual Nelson Mancini Nicolau (o mesmo que declarou, em 1981, o edifício de utilidade pública enquanto prefeito). A abertura do Processo de Tombamento se deu em 16 de outubro de 1984, sob o número 23.125/1984. Foi unanimemente aprovado pelo Conselho em 16 de dezembro de 1985, a partir dos pareceres técnicos dos arquitetos Adauto Morais e Walter Luiz Fragoni e da historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro.

O tombamento do edifício deve ser examinado mais detidamente para se identificar o impacto que as manifestações populares tiveram no deferimento do pedido de tombamento e a influência desse tombamento na resignificação do espaço.

O reconhecimento oficial do valor atribuído ao edifício pelos sanjoanenses se iniciou quando o deputado estadual Nelson Nicolau enviou a carta ao colegiado do CONDEPHAAT com o pedido de abertura do processo de tombamento. Nela, baseado no seu entender e concordando com grande número de cidadãos, afirmava que “o referido prédio trata-se de obra de inestimável valor histórico e cultural, de importância fundamental na vida artística da cidade” (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984, p. 2). Vemos aqui valores históricos e culturais atribuídos ao edifício, além de indicar uma importância tanto utilitária quanto simbólica para a comunidade sanjoanense.

Os pareceres dos técnicos e autoridades do CONDEPHAAT também deram destaque à importância histórica, memorial e cultural do edifício e, também, à importância do próprio instrumento do tombamento perante a população. O parecer da historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro se concentrou na raridade de exemplos arquitetônicos que evocavam períodos pretéritos da cidade, bem como no reforço da viabilidade e necessidade do tombamento para a salvaguarda de um espaço cultural que poderia ser utilizado pelos sanjoanenses. Segundo a historiadora,

[O Theatro Municipal] representa hoje um dos poucos patrimônios de valor histórico-cultural da cidade. Além disso, a cidade enfrenta atualmente uma grande falta de local para apresentações de arte (...) a cidade de São João da Boa Vista conta com razoável número de grupos artísticos e uma escola de música e um público bastante motivado para as representações, o que vem comprovar a necessidade de se poder contar com um local adequado para isso (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984, p. 4).

O arquiteto Walter Luiz Fragoni ressaltaria o interesse da municipalidade na recuperação do edifício e a pressão política da população¹ nessa questão. Segundo o arquiteto, no período do estudo do tombamento, havia

um clima propício por parte da comissão e na figura do próprio prefeito para o desencadeamento da recuperação e restauro (...). Há também o aspecto político da situação criada pela população, no sentido de reabertura do Teatro para uso de espetáculos cênicos e atividades culturais ligadas à música, dança, etc... Um fato delicado, repousa na ansiedade gerada pelo Tombamento, onde a questão do tempo de apreciação pelo Conselho e a possibilidade de canalização de recursos são o destaque da expectativa (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984, p. 116, grifo nosso)

O parecer final, também feito pelo arquiteto Walter Luiz Fragoni, decidiu pelo deferimento do pedido, fortemente influenciado pelo parecer de Maria Luiza Tucci Carneiro, onde enfatizou a importância do tombamento para a história local e estadual, além de ressaltar o aspecto memorial da construção para a cidade:

Levando-se em conta a importância da preservação do edifício do Theatro Municipal de São João da Boa Vista como testemunho objeto vital da Memória da cidade, assim como para a história do desenvolvimento cafeeiro e suas correlações no Estado de São Paulo, onde a construção de faustosas casas de ópera é parte integrante (...) gostaríamos de pedir o exame deste processo para a resolução de tombamento (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984, p. 119).

O mesmo parecer final considerava não apenas a importância material do bem, mas o desejo da comunidade em recuperá-lo e utilizá-lo:

O tombamento torna-se assim mais fortemente justificado, quer por seu valor intrínseco histórico e arquitetônico que por sua apropriação e significado entre os moradores da cidade que pretendem não apenas a restauração, mas novamente utilizá-lo para suas atividades culturais (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984, p. 119).

¹ Sobre a pressão política das populações locais num processo de tombamento, Ana Maria Marchesan aponta que “considerando-se a complexidade ínsita aos bens ambientais, qualquer processo de intervenção deve se integrar aos sentimentos da população local, primeira destinatária dessa política. O poder público não detém o monopólio da gestão, devendo compartilhá-la com a sociedade. A evolução da gestão patrimonial caminha no sentido da politização do processo de identificação dos diversos sentidos do patrimônio cultural, ampliando o leque de protagonistas envolvidos na questão em suas múltiplas etapas: construção, identificação, eleição, gestão, valorização etc. (...) quanto mais participativa for uma política de preservação, maior seu êxito e sua sustentabilidade” (MARCHESAN, 2015, p. 322).

Esse tombamento significou, então, a garantia de permanência do esforço popular na preservação da sua história, memória e identidade, além de ressaltar a importância do edifício e contribuir para sua ressignificação, tornando-o uma construção ainda mais prestigiosa, valiosa, importante e digna aos olhos dos seus defensores. O tombamento pelo órgão, portanto, não foi apenas uma das garantias de permanência e de existência, mas também contribuiu para a ressignificação do espaço; longe de operar apenas no plano material, operou no sentido da construção e no significado dela.

Dessa forma, o tombamento não foi apenas um ato jurídico que possibilitou ao bem um acesso às verbas e à proteção do poder público, necessárias à viabilização do espaço, mas significou a consolidação de um esforço, primeiro individual (circunscrito a uns poucos atores e intelectuais) e depois, coletivo, de parte da população que não aceitava a simples destruição e desaparecimento de um lugar que fazia parte de suas vidas. Além disso, o tombamento significou a consolidação de uma revisão (iniciada quando do fechamento do CineTeatro) mais ampla da própria relação do cidadão para com o seu bem, visto que ele agora não mais seria um velho e decadente cinema no centro da cidade, mas um lugar das artes, testemunha do passado e representante das gerações sanjoanenses por mais de 7 décadas: o “pulgueiro” finalmente deixou de existir e “ser” patrimônio cultural agora era a sua nova condição; após esse momento, seria considerado oficialmente como uma herança que os sanjoanenses teriam a obrigação de transmitir ao futuro.

Após o tombamento, a equipe de restauro conseguiu a destinação de verbas estaduais e federais, além das municipais, para as obras, porém tinha-se a impressão de que não havia progressos na situação do edifício. Muito disso se devia ao fato de que todo o perímetro do Theatro Municipal foi cercado de tapumes, diminuindo a percepção da população em relação à execução das obras, além de que a estrutura estava tão comprometida que sua totalidade teve de ser refeita, obras essas necessárias, mas muito complexas e demoradas e que pareciam, por isso mesmo, não terem um andamento satisfatório. Esses problemas de percepção visual das obras eram agravados por problemas econômicos, já que a alta inflação do período corroía os recursos e o tempo decorrido da aprovação das verbas à sua chegada aos cofres da prefeitura fazia com que as mesmas fossem insuficientes para a execução dos serviços contratados.

A percepção de uma falta de progresso nas obras e a crise econômica fizeram com que alguns críticos à recuperação do edifício retornassem. E nesse aspecto, vemos mais uma vez que a ideia de restauro estava longe de ser unanimidade e que era novamente contestada, principalmente sob a justificativa de falta de recursos, utilizando-se ainda o argumento de ser incerto o número de cidadãos beneficiados pela obra. Novamente aqui chamamos a atenção para o fato de que um bem cultural nunca tem uma aceitação unânime e que há sempre críticos a ele, sendo o que o mantém de pé é justamente a quantidade de pessoas que atribuem a ele aquele valor positivo que proporciona a sua sobrevivência e não um mero ato do poder público.

E a despeito das críticas, esparsas é bem verdade, os responsáveis deram continuidade aos trabalhos, embora em ritmo bastante lento, com conclusões de partes importantes das obras estruturais do edifício. Após essa fase difícil e passada mais de uma década do início do restauro, a situação mudaria. Em janeiro de 1998 as obras ganhariam grande impulso com a

criação da Fundação Oliveira Neto (FON), que visava arrecadar recursos para a conclusão do restauro. Formada por 70 membros no seu Conselho Consultivo, 11 membros no seu Conselho Curador e 3 membros no seu Conselho Diretor, a FON contava com grande participação da sociedade civil e promovia ações no sentido de incentivar o contribuinte sanjoanense, pessoa física ou jurídica, a reverter parte de seus impostos para a recuperação do edifício através da Lei Rouanet e da Lei de Incentivo à Cultura. Para tanto, organizava palestras com contadores para dirimir dúvidas de potenciais contribuintes e realizava campanhas, como a “Dê para São João parte do Leão”, que contou com show da sanjoanense Badi Assad e de Simone Sou num palco improvisado no teatro ainda em obras, em 2000 (MENEZES, 2014, p. 171).

Paralelamente às ações promovidas pela FON, outra importante ação junto à população foi realizada. Em 1999 surgiu o movimento chamado “Vestindo a Camisa”, que se constituiu na mobilização de estudantes sanjoanenses sob a coordenação das professoras Maria José Moreira, Fafá Noronha e Beatriz Castilho Pinto (todas elas membros da FON), em que se depositaram urnas para a contribuição livre de passantes das vias do centro, principalmente. Essa iniciativa do grupo “Vestindo a Camisa” deve ser apontada como mais uma demonstração de respeito e esforço popular em prol do restauro de um dos mais importantes bens culturais sanjoanenses; entendemos, ainda, que a importância simbólica dessa ação extrapola em muito o valor pecuniário das doações e indica a cristalização da ressignificação do espaço, uma vez que ficava clara que a reabertura daquele edifício, patrimônio cultural sanjoanense, merecia os esforços das novas gerações.

Com as verbas recebidas através dos esforços da FON e de outras captações, as obras se concentraram na execução da parte final do restauro, como a aquisição das poltronas e cadeiras, colocação das divisórias das frisas e camarotes e a aquisição de equipamentos de mídia, telefonia, ar-condicionado, etc. Após duas décadas do início das discussões sobre a sua preservação e quase 17 anos em obras, o Theatro Municipal reabriria as portas ao público em 22 de setembro de 2002, abrigando a 25ª Semana Guiomar Novaes, nomeada em homenagem à pianista sanjoanense que tantas vezes se apresentou em seu palco.

Após o trabalho de restauro, havia ainda outro desafio, talvez maior que as próprias obras de recuperação: a viabilização do espaço enquanto local cultural e de entretenimento através de seu uso. Nesse aspecto, podemos apontar que o uso é um dos maiores responsáveis pela sobrevivência de um espaço restaurado. Não o uso por si só, mas o uso adequado, deve pautar as ações pós-restauro, para que esse bem seja reinserido na vida cotidiana da comunidade. Tal reinserção é, pois, a maior garantia de permanência e conservação do bem, já que a vida cultural é um elemento de contribuição para a própria permanência de vida do patrimônio (MAGALHÃES, 1997, p. 189); sem a presença da comunidade e sem uso, o bem tombado perde seu valor e, perdendo seu valor, tanto a sua função quanto o seu significado também se perdem (ASSMANN, 2016, p. 412).

E para a viabilização de um necessário uso plural, democrático e atrativo, surgiria a Associação dos Amigos do Theatro Municipal – AMITE. Inspirada na bem-sucedida FON, a AMITE foi pensada como um meio da própria sociedade não apenas contribuir financeiramente com o bem após a conclusão do restauro, mas geri-lo de forma independente do poder público. Assim, quando a FON perdeu seu objeto, já que as obras de restauro estavam praticamente concluídas,

a AMITE entrou em seu lugar. Fundada em 28 de abril de 2003, visava a administração, gerenciamento e manutenção do espaço; de atribuições complexas, a sobrevivência da entidade sem fins lucrativos era garantida pela venda de ingressos ou locação do espaço para eventos e por um grupo de sócios contribuintes (cerca de 280 em 2019). E para atender às demandas de suas atividades, a entidade contava com um corpo administrativo próprio, eleito a cada dois anos pelos sócios contribuintes.

Fotografia 7 – Aspecto atual do Theatro Municipal de São João da Boa Vista.



Fonte: Própria (2018).

No aspecto financeiro, além dos recursos provenientes da contribuição mensal de sócios e do próprio aluguel do espaço para a realização de espetáculos, havia também um apoio por parte da Prefeitura Municipal, a partir do pagamento de contas de água, energia elétrica, manutenção de ar-condicionado, parte hidráulica e elétrica, controle de pragas e outros reparos. Muito embora estivesse apta a receber eventuais aportes financeiros da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal, a AMITE tinha estatuto próprio e independência total para administração do espaço, criação de programas culturais, escolha do corpo administrativo e manejo de recursos. O período de gerenciamento e administração do Theatro Municipal pela entidade foi conhecido pelo oferecimento de variados espetáculos a praticamente todos os públicos, contribuindo para o heterogêneo uso do edifício no seu pós-restauro.

Em última instância, podemos apontar que a AMITE teve grande importância não apenas na questão da preservação da materialidade, mas também, sobretudo, na preservação da imaterialidade, do valor atribuído àquele edifício e o seu significado, visto que se comportou tanto como a guardiã da estrutura material quanto como a criadora de vínculos entre usuários e teatro a partir de suas políticas culturais. Esse vínculo, baseado no conhecimento crítico e na apropriação consciente pela comunidade do seu patrimônio, oportunizado pelas ações da associação, foram fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desse bem, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania (HORTA, 1999, p. 4). Durante sua gestão, portanto, entregou ao sanjoanense um espaço cultural democrático e

multifacetado, administrado diretamente por membros da comunidade e notório pelo oferecimento crescente de oportunidades para que os cidadãos se identificassem com o espaço, criassem laços com o mesmo e viabilizassem a sua sobrevivência.

5. Considerações finais

Após todo o exposto, podemos afirmar que as discussões sobre a preservação do Theatro Municipal se iniciaram num momento da história da cidade em que a própria comunidade sanjoanense operou um conhecimento sobre si mesma: primeiramente, conheceu seu poder de mobilização e o impacto da opinião pública nos programas de governo e nas ações do poder público; depois, reconheceu que a demolição dos antigos edifícios, acelerada em meados da década de 1970 pela especulação imobiliária, configurava na perda de importantes referenciais materiais para suas identidades e de seus lugares de memória, sendo essas perdas irreparáveis; por fim, conheceu o desejo de legarem ao futuro um espaço cultural que fazia parte de seu passado e presente.

Esse processo de autoconhecimento gerou um processo marcado por um esforço coletivo que culminaria num novo e ressignificado Theatro Municipal, patrimônio cultural de uso democrático: esse processo se iniciou no princípio da década de 1980, quando o sanjoanense se sensibilizou com a questão da preservação, a partir de um movimento iniciado por artistas locais, e cobrou do poder público, por meio de abaixo-assinados, as medidas necessárias para a preservação do teatro; depois, se fortaleceu com a participação ativa da comunidade na decisão sobre os futuros uso e aspecto material do edifício, antes do início das obras, e, após o início das obras, com o chamamento do cidadão a fornecer documentos para a equipe de restauro; por fim, se consolidou com o tombamento e com as entidades criadas e apoiadas pelos cidadãos, primeiramente a Fundação Oliveira Neto e depois a AMITE – Associação de Amigos do Theatro Municipal, visando a contribuição financeira direta com o restauro e com a gestão e administração do seu bem cultural.

Assim, o envolvimento crescente e particular da comunidade por aquele bem coloca o Theatro Municipal numa posição em que podemos dizer ser ele o caso paradigmático de uma ação de preservação que teve no povo o seu principal impulsor. Não foi o prefeito, um grupo de artistas, o órgão estadual de preservação ou a imprensa, mas sim o povo sanjoanense o responsável pela sua sobrevivência; foi ele quem elegeu e lutou pela sua permanência no tecido urbano, por meio de amplos movimentos envolvendo grande parte da comunidade. Do exposto depreende-se que sem o povo, então, não haveria teatro, nem qualquer outro patrimônio cultural, só amontoados de pedra e cal com um fim inevitável, apenas adiado por instrumentos legais.

Dessa forma, a única forma de se preservar de fato um edifício é fazer com que o mesmo tenha ressonância junto à comunidade, ao maior número possível de indivíduos. Aí se encontra a necessidade de ser constantemente construído e dotado de valores: assim como a identidade não é fixa, nem o patrimônio de uma determinada sociedade o é. Essa construção constante e coletiva que aqui tratamos necessitará, sempre, do chamamento de novos atores em novos grupos sociais para ter sua permanência justificada, visto que quanto mais pessoas atribuírem-lhe um significado, maiores serão as suas chances de sobrevivência. Nessa materialidade

restaurada, portanto, devem se operar os significados simbólicos daquele edifício, os quais justificaram, justificam e justificarão todos os esforços para preservá-lo, enquanto houver um sanjoanense que faça dele uso e o utilize como suporte e referencial material de sua identidade, memória, história.

Por fim, indicamos ainda que, além da necessidade de ser apropriado pelo maior número de pessoas, também podemos perceber, na história da preservação do Theatro Municipal, que a pressão popular é o único meio do povo mudar as políticas públicas, dar um norte de ação aos governos. Isso é bem claro quando vimos que a população em geral apoiou a aquisição e restauração do edifício teatral mesmo quando a situação econômica era catastrófica e quando havia fortes justificativas não apenas para sua paralisação, mas para seu fim; a luta e a coragem da comunidade sanjoanense são um exemplo, no presente, para a reconstrução e defesa da nossa cidadania e nos ensinam que jamais se pode aceitar o desaparecimento de suportes materiais de nossas identidades, justificados pela falta de recursos.

Isso porque o investimento em cultura, não o “gasto” em reformas, que essas ações de restauro representam, contribuem para a emancipação do indivíduo e para uma sociedade mais justa, com seus direitos devidamente respeitados. Não se define, pois, a pertinência da existência de uma construção pelos seus custos de recuperação ou pelo seu valor venal, mas pelos seus possíveis usos e pelos valores simbólicos e documentais que ela carrega e representa para sua comunidade. Como Dvorák, já em 1916, defendia,

As obras de arte antiga devem possuir para nós uma importância muito superior àquela determinada por seu valor material. Ainda maior, no entanto, muito maior do que simples antiguidades, padrões estilísticos ou fontes históricas. Elas precisam ser interpretadas e sustentadas como uma parte viva e integrada às nossas existências, ao nosso dever, à nossa pátria, à nossa cultura nacional (...) às nossas aquisições e prerrogativas espirituais e éticas (...)” (DVORÁK, 2008, p. 107).

6. Referências

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

DVORÁK, Max. *Catecismo da Preservação de Monumentos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

FARIA, Edimur Ferreira de. *O tombamento e seus reflexos*. In: DIAS, Maria Thereza Fonseca; PAIVA, Carlos Magno de Souza (Orgs.). *Direito e Proteção do Patrimônio Cultural Imóvel*. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 53-91.

FERREIRA, Lúcio Menezes; DOMANSKI, Andressa. *Do Reino de Macbeth à Construção de Kafka: Abordagem Arqueológica sobre Patrimônio Cultural e Diversidade*. In: PAIM, Elison Antônio; GUIMARÃES, Maria de Fátima (Orgs.). *História, Memória e Patrimônio*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012, p. 31-46.

HORTA, Maria de Lurdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico da Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN; Museu Imperial, 1999.

MAGALHÃES, Aloísio. *E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. *Movimentos Sociais, Direitos Humanos e Patrimônio Cultural*. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; CUREAU, Sandra (Orgs.). *Bens culturais e Direitos Humanos*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015, p. 317-331.

MENEZES, Neusa Maria Soares de. *Theatro Mvnicipal de São João da Boa Vista – 100 anos (1914-2014)*. São João da Boa Vista, 2014.

FALCÃO, Joaquim Arruda. *Política Cultural e Democracia: a Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. In: MICELI, Sérgio (Org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel - Difusão Editorial, 1984, p. 21-39.

NORA, Pierre. *Entre Mémoire et Histoire, la problématique des lieux*. In: NORA, Pierre (Org.). *Les Lieux de Mémoire tome I – La République, La Nation, Les France*. Paris: Éditions Gallimard, 2008, p. 23-43.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – CONDEPHAAT: *Estudo de Tombamento do prédio conhecido como Teatro Municipal, situado à Praça da Catedral nº 22, em São João da Boa Vista – processo 23125 /ano 1984*.

SILVA, Rodrigo; OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Memória da Cidade. História e patrimônio urbano no Brasil*. São Paulo: Conceito Humanidades, 2011.

TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. *Um olhar, muitas questões*. In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues et al. (Orgs.). *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p. 7-9.